

## A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA NO MEIO ESCOLAR

**ROCHA**, Adegmar Vital<sup>1</sup>  
**GARCIA**, Caroline de Amorim  
**CHICATI**, Christian Patrick  
**HERCULANO JR**, Elimar Lopes  
**ALMEIDA**, Weverton Lucas  
**SILVA**, Ana Clara Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta como tema a violência em âmbito escolar a partir da Psicologia, na perspectiva da abordagem Análise do Comportamento (AC). O foco deste trabalho refere-se aos acontecimentos atuais relacionados às questões de violência dentro do contexto escolar, oportunizando a visibilidade entre a relação comportamental entre instituição e alunos. Para tal, utilizamos da pesquisa bibliográfica pautada na busca de artigos disponíveis em revistas impressas e/ou eletrônicas e livros acadêmicos que favoreceram aos objetivos propostos deste artigo. Trata-se de uma investigação acerca dos diversos tipos de violência no ambiente escolar, sendo: verbal, psicológica, sexual, exclusão escolar, entre outras ações que podem trazer sofrimento ao sujeito. Para além das violências citadas, o contexto escolar pode ainda favorecer outros tipos de violência: violência contra o patrimônio escolar, violência institucional que visa à divisão de classes sociais, exclusão social, humilhação, formas de controle sobre os alunos e também métodos autoritários para avaliar os alunos. Como resultado desta pesquisa, é possível destacar a contribuição científica e social, a qual tem por objetivo expor a realidade enfrentada por alunos e professores no âmbito escolar sobre os fenômenos da violência, referenciando também a importância da contribuição da Psicologia para o contexto escolar, para assim promover um ambiente com melhores interações, mais digno e acolhedor.

**Palavras chave:** Análise do Comportamento; Violência Escolar; Behaviorismo Radical.

**ABSTRACT:** This article presents the violence in the school from the perspective of Psychology, based on Behavior Analysis (AC). The objective of this article was to analyze the current events related to the violence issues that happen in school, providing an analysis of the behavioral relationship between institution and students. To this, we did a literature research, based on available articles from scientific magazines and academic books that provided the proposed objectives of this article. It is an investigation about the different types of violence in the school, being: verbal, psychological, sexual, school exclusion, among other behaviors that can bring suffering to the students. In addition to the above-mentioned violence, the school context may also provide other types of violence: violence against property, social class division, social exclusion, humiliation, ways to control the students and authoritarian methods to evaluate the students. As a result of this research, it is possible to highlight the scientific and social contribution, which aims to expose the violence faced by students and

---

<sup>1</sup> Discentes do 10º semestre da graduação em Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG.

<sup>2</sup> Docente da graduação em Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG e orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

teachers in the school context, as well as show the importance of the contribution of Psychology to the school, to thus promoting an environment with better interactions, more dignified and welcoming.

**Keywords:** Behavior Analysis; School Violence; Radical Behaviorism.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como tema a violência em meio escolar a partir da Psicologia, na perspectiva da abordagem Análise do Comportamento (AC), abordando o assunto através dos inúmeros acontecimentos decorrentes sobre as questões de violência dentro do contexto escolar, seguindo a teoria de B. F. Skinner (1904-1990).

Para questões de entendimento acerca do termo ‘violência’, o dicionário de português contemporâneo da UNESP apresenta o significado do termo, sendo: “1) uso da força física, intimidação ou ataque moral contra alguém; 2) força que se faz sentir com intensidade; 3) força, impacto; 4) agressividade; 5) agressão, ataque” (BORBA, 2004, p. 1433).

Segundo Stelko-Pereira e Williams (2010), chegar a uma definição de violência escolar é uma tarefa difícil, pois o que se entende por violência envolve aspectos culturais, históricos e individuais. Nesse aspecto, quando pensamos em violência em ambiente escolar, temos que considerar os diferentes tipos: verbal, psicológica, sexual, bem como a exclusão social escolar, dentre outros fatores.

Os autores De Mattos e De Castro (2006) mencionam que o contexto de violência no meio escolar pode ser ainda caracterizado por outros fatores que se apresentam no ambiente, sendo esses: a violência contra a escola (patrimônio), violência institucional que visa à divisão de classes, exclusão social, humilhação, formas de controle sobre os alunos e também métodos autoritários para avaliar os alunos.

À luz da psicologia, a violência pode afetar a saúde biopsicossocial da população, trazendo consequências consideradas prejudiciais ao indivíduo. A violência também está presente em muitos outros tipos de agressões, sendo elas: no desrespeito, preconceitos, práticas do cotidiano (por exemplo: regras impostas pela instituição) e representações sociais que são consideradas inadequadas (WITTER, 2010).

A escola é um lugar onde deveriam ser desenvolvidas habilidades, competências, formações e a formação de conceitos, opiniões que denotam um constructo do saber social. Devido a isso, a instituição escolar possui um importante papel social que pode contribuir tanto com práticas de prevenção à violência, como

também de propagação da violência por aqueles que estão inseridos em seu espaço (FREIRE, 2012).

Diante disto, discutir sobre a violência, seja voltada para o ambiente escolar ou não, torna-se uma temática de grande relevância para a teoria analítico-comportamental, pois visa não somente discutir sobre a temática, como também contribuir para a reflexão acerca do enfrentamento da violência no âmbito escolar. (STELKO-PEREIRA e WILLIANS, 2010).

## **2. METODOLOGIA**

Este trabalho refere-se à uma pesquisa bibliográfica, pautada na busca de leitura de artigos, livros, revistas e demais materiais disponíveis que discorrem sobre a temática comportamento humano. Cerca de 24 materiais acadêmicos puderam favorecer aos objetivos propostos neste trabalho, visando promover uma reflexão e discussão a respeito da violência em todas as esferas, uma vez que tal fenômeno vem crescendo de forma exponencial.

Para levantar dados relacionados ao assunto, foram pesquisados artigos nas seguintes plataformas: Google acadêmico e Scielo. Foram utilizados livros acadêmicos de análise do comportamento do autor B. F. Skinner, entre outros livros que expandiam suas discussões para contextos que remetem aos danos, causalidade, intencionalidade e sobre a instituição educacional em si, o período de levantamento de dados foram do primeiro semestre de 2018 ao primeiro semestre de 2019.

Desta maneira, “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (SASSO DE LIMA, TAMASO MIOTO, 2007, p. 38).

Segundo Furasté (2008), a pesquisa bibliográfica tem por característica:

[...] fundamentalmente no manuseio de obras literárias, quer impressas, quer capturadas via Internet. É o tipo mais largamente utilizadas, mais rico e profundo será a pesquisa. Quanto mais completas e abrangentes forem às fontes bibliográficas consultadas, mais rica e profunda será a pesquisa (FURASTÉ, 2008, p. 33).

Sendo assim, as pesquisas bibliográficas são consideradas de suma importância para o desenvolvimento de artigos científicos, bem como para compreender de maneira ampla a construção científica baseada na AC sobre o tema apresentado, contribuindo também para novos olhares e construção de saberes no que se refere à violência no ambiente escolar.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 UMA BREVE CONEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL**

Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) é conhecido como o principal autor e criador da filosofia denominada Behaviorismo Radical, tendo comprovado cientificamente sua teoria através da Análise Experimental do Comportamento, que hoje pode ser aplicada em diferentes contextos, sendo esta chamada de Análise Comportamental Aplicada (SÉRIO, 2005).

O Behaviorismo Radical é um conjunto de ideias acerca da ciência análise do comportamento, sendo uma filosofia da ciência que estuda os seguintes temas: O que fazemos? Como fazemos? Por que fazemos? O Behaviorismo Radical baseia-se no pragmatismo, bem como sua ideia principal é de que uma ciência do comportamento é completamente possível, sendo esta uma ciência que busca entender o que mobiliza o indivíduo para uma determinada ação (BAUM, 2019).

De acordo com Skinner (2003), a ciência é um aglomerado de atitudes, com o objetivo de compreender a realidade, e desta forma, aceitar os fatos dos resultados, mesmo quando não se obtém aquilo que era de desejo do estudo. Estando ligado às ciências naturais, o autor se propõe a permear pelo darwinismo como forma de entender que todo ser é dotado de desenvolvimento do seu comportamento, de acordo ambiente em que está inserido.

Entre os conceitos que B. F. Skinner aborda, a seleção por consequências surge por meio da teoria da seleção natural, mediante a evolução dos órgãos e organismos que apresentam processos de reprodução diversos, ou seja, o comportamento evolui de acordo com a interação entre o organismo e o ambiente (SKINNER, 2007).

O autor supracitado, baseando-se na teoria da seleção natural de Darwin, explica que o comportamento pode ser compreendido através dos três níveis de variação e seleção: a filogênese, que está ligada aos comportamentos inatos, tais como, piscar, respirar, dilatação de pupila, expressões emocionais e etc.; ontogênese que explica a importância da história de aprendizado do sujeito que é individual; e a cultura, que está presente também em seus estudos, na qual dispõe grande papel na sua teoria, discorrendo assim a importância das questões culturais e sociais na aprendizagem e manutenção dos comportamentos (SKINNER, 2003).

Acerca da filogênese, a teoria de Darwin impressionou a ciência de modo geral, já que conseguiu oferecer uma explicação sobre a origem da vida por meio da

seleção natural, explanando questões inatas das diferentes espécies, isto é, todo o material, inclusive comportamental que o sujeito nasce sabendo executar (BAUM, 2019).

Através do comportamento reflexo, o aprendizado de novos estímulos torna-se possível. Esse aprendizado reflexo se dá a partir do condicionamento respondente/reflexo, onde respostas orgânicas inatas podem ser eliciadas por novos estímulos. Desta forma, o aprendizado individual, ou ontogenético inicia-se, sendo que esse aprendizado respondente se dá através do emparelhamento de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que produzirá uma resposta reflexa condicionada (SKINNER, 2007).

Ainda a partir das explicações comportamentais dentro do primeiro nível de variação e seleção, é possível notar que a espécie humana também nasce com uma susceptibilidade ao reforçamento, proporcionando que os indivíduos desenvolvam novas formas de aprendizado, isto é, explicando os comportamentos operantes (BAUM, 2019).

Skinner (2003) explica que grande parte dos nossos comportamentos são operantes e podem ser compreendidos a partir da tríplice contingência, na qual busca visualizar toda a relação entre ambiente e organismo. A contingência de três termos é compreendida através do esquema S-R->C, isto é: estímulo ambiental (S) evoca classes de respostas (R), sendo que tais classes de respostas produzem consequências (C) no ambiente.

O comportamento operante é aquele que opera no ambiente, ou seja, o comportamento produz consequências. Tais consequências modificam o ambiente, contudo, esse ambiente já modificado também modifica o organismo que outrora o modificou. Tais consequências controlam o comportamento através de estímulos reforçadores, estímulos aversivos e extinção. São as consequências que determinarão se o comportamento emitido terá alta ou baixa probabilidade de ser emitido novamente (SKINNER, 2003).

Grande parte do comportamento operante é aprendido através dos procedimentos denominados de modelagem. A modelagem permite ao organismo apresentar diferentes níveis de comportamento e de crescente complexidade, sendo assim as consequências no nível ontogenético não apenas selecionam respostas, mas a própria ação de selecioná-las determina a sua reprodução ou variação (MOREIRA, 2013).

A cultura, na atualidade, possui um conceito generalizado mais voltado para uma concepção que surge a partir de uma perspectiva antropológica, sendo que a mesma pode ser definida como um conjunto de padrões comportamentais e crenças aprendidas socialmente que são mantidas, pois são transmitidas entre as diferentes gerações. (MOREIRA. 2013).

A cultura é um complexo conjunto de padrões de comportamentos, de crenças, entre outros valores que são transmitidos coletivamente. A cultura é um elemento muito forte presente em nosso cotidiano, pois por meio dela aprendemos práticas culturais que nos levam a reproduzir comportamentos, sem antes pensar na proporção e impacto que o mesmo pode gerar no ambiente ao qual se está inserido (MOREIRA, 2013).

Conforme Skinner (1981/2007) *apud* Moreira (2013, p.11):

O estudo do comportamento humano deve considerar o modelo de seleção por consequências, no qual a origem do comportamento é um produto de seleção filogenética, aquela que opera na história da espécie ao longo do tempo evolucionário; ontogenética, atuante na história de vida do indivíduo em particular; e cultural, em que práticas de uma cultura agem na produção e manutenção de comportamentos de indivíduos. Desse modo o indivíduo deve ser compreendido em um nível biológico, individual e cultural.

Portanto, a sobrevivência de um comportamento só segue mediante à transmissão entre gerações por meio da aprendizagem social. Desta maneira, é possível perceber como alguns comportamentos de violência estão sendo vistos como banais e constantemente são reproduzidos dentro de ambientes que acabam gerando um controle de conduta na sociedade, pois uma vez replicado esses comportamentos, se constituirá em práticas culturais (MOREIRA, 2013).

### 3.2 A VISÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Os comportamentos, inclusive aqueles fenômenos comportamentais considerados violentos, também tem sua origem dentro dos três níveis de variação e seleção citados e explicados anteriormente: nível filogenético, nível ontogenético e ao nível cultural.

Sendo assim, qualquer tipo de comportamento, violento ou não, pode ser compreendido através da seleção natural, das características pessoais e únicas do indivíduo, e por fim, através da cultura, que permite o nascimento e transmissão de práticas culturais, promovendo a perpetuação de contingências entrelaçadas exclusivas de reforço sustentados por todo um grupo (MOREIRA, 2013).

Ainda considerando as questões inatas, Tourinho, Teixeira e Maciel (2000) explicitam que “o aparato anátomo-fisiológico produzido pela história ambiental (filogenética e ontogenética) é reconhecido como um aspecto relevante do fenômeno comportamental”. Os efeitos do controle genético podem ser notados em variados sistemas de comportamento humano, ao que se refere no desenvolvimento de vínculos afetivos, onde o amor, a raiva e todas as outras emoções também tem seu lugar (BUSSAB, 2000).

Diante do exposto, para além das questões emocionais inatas, “o comportamento violento do homem é modelado na sua história ontogenética e mantido pelas consequências reforçadoras que produz” (SKINNER, 1976/1982 *apud* RISTUM e BASTOS, 2004, p. 228). Com isso, compreende-se que o comportamento irá ser emitido diante de contextos semelhantes àqueles nos quais o mesmo foi selecionado (SKINNER, 2007).

Referindo-se às práticas culturais, estas são compostas por um conjunto de comportamentos operantes em contingências entrelaçadas mantidas por todo um grupo. Tais práticas também são transmitidas entre gerações, pois aqueles que transmitem são reforçados pelo simples fato de concretizar essa transmissão (MOREIRA E MEDEIROS, 2013). Diante disso, muitos hábitos culturais consideravelmente agressivos e/ou violentos perpassam entre várias gerações, e são reforçadas por todo um grupo social que envolve, podendo com isso produzir consequências aversivas à toda população, inclusive dentro do contexto escolar (ABBIB, 2001).

Para B. F. Skinner (2003) o estímulo aversivo é tudo aquilo que é desagradável ou irritante para o indivíduo. O controle aversivo do comportamento é concretizado através das consequências aversivas, sendo que estas podem ser caracterizadas como punitivas por retirar reforçadores, bem como desagradáveis ao acrescentar situações que geram desconforto no sujeito. Diante deste contexto, o ser humano tende a evitar através de fuga, esquiva ou luta esses estímulos aversivos.

Ao explicar sobre o controle aversivo, Skinner (2003) conceitua dois tipos: o primeiro é a punição positiva, sendo uma consequência que visa reduzir a frequência de um comportamento adicionando um estímulo aversivo ao sujeito. O segundo é a punição negativa, que está ligada a retirada de um estímulo que seja reforçador para o sujeito, com o intuito de minimizar algum comportamento.

Antigamente, as violências em instituições educacionais ocorriam de formas diferentes do que acontece hoje, já que antes a punição podia ser representada

principalmente pela antiga palmatória. Atualmente, outras formas de punição já estão estabelecidas (por exemplo: retirada de aprovação ou afeição para com os alunos), sendo que tais práticas buscam impor disciplina e/ou obediência, porém também podem evocar sentimentos e emoções desagradáveis nos estudantes (SKINNER, 2003).

Medo, raiva e alegria são expressões consideráveis precoces e universais (EIBI-EIBESFELDT, 1989). Segundo Eckerman, (1996) os bebês, desde seu nascimento, conseguem reagir selecionando os estímulos sociais, interagindo e se comunicando, conseguindo inclusive demonstrar com clareza emoções básicas, do tipo raiva (EIBI –EIBESFELDT, 1989 e ECKERMAN, 1996 *apud* BUSSAB, 2000).

Acerca da emoção raiva, Bussab (2000) mostra que primeiramente é necessário compreender a mesma como uma emoção comum a todos os seres humanos, como também descartar a ideia de que a agressão se remete ao desajuste, sendo necessário e mais eficaz identificar como a agressividade se manifesta em cada indivíduo.

Sentimos raiva nas situações que envolvem ameaça à nossa aptidão biológica, o que vale tanto para os homens como para os animais. Tais situações são reveladoras do valor funcional de agressão e os estudos comparativos são esclarecedores [...] Tudo indica que a agressão foi selecionada pelas suas vantagens adaptativas, que só podem ser entendidas dentro de um determinado contexto (BUSSAB, 2000, p. 203).

O ato de violência pode ser compreendido como uma expressão de raiva, bem como de outras emoções. Em muitos casos, a violência é um comportamento que se repete, tanto para aquele que comete o ato, quanto para quem o recebe. A violência em qualquer contexto institucional é um problema de toda a sociedade, pois pode afetar direta e indiretamente vários outros ambientes sociais, evocando assim, situações problemáticas em longo prazo, e por consequência gerar graves problemas no desenvolvimento daqueles que estão envolvidos (FREIRE E AIRES, 2012).

Sendo assim, na visão da Análise do Comportamento diante do contexto de violência, devemos levar em consideração a nossa parte biológica, a nossa história de vida e a nossa cultura.

### 3.3 VIOLÊNCIA ESCOLAR NA VISÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Pensando acerca da violência dentro das instituições e focando nas agressões em um ambiente educacional, os autores Freire e Aires (2012) explicitam que por mais que a violência escolar esteja ocorrendo dentro dos muros da instituição escolar, esse problema afeta a sociedade como um todo. A respeito disso, os autores destacam:

Desse modo, antes de fazer qualquer inferência sobre a sua origem, colocando a culpa no aluno, na escola, na família ou na sociedade, é

necessário compreendê-lo como resultante de problemas que estão inseridos em todos esses ambientes e nas relações que ocorrem entre eles, tendo, portanto, uma visão sistêmica do fenômeno (FREIRE e AIRES, 2012, p.56).

De acordo com De Souza (2008), as agressões dentro de um ambiente educacional estão para além do contexto escolar, tendo como agravantes, uma família vulnerável socialmente, tráfico de drogas, conflitos sociais e violências diversas. No que se refere aos tipos de violência, estas podem ocorrer em meio escolar e também fora do contexto escolar, sendo: humilhação, preconceito, rejeição, desrespeito, entre outras topografias que podem possibilitar um separatismo dentro da escola entre professores/outros funcionários e alunos, permitindo que desse modo a escola se torne um possível potencializador para o crescimento da violência dentro e fora do contexto escolar.

No que se refere a violência cometida pelos alunos contra outros alunos, Lopes e Neto (2005) destacam que esses atos de violência escolar são considerados como uma forma de *bullying* direto, onde as vítimas são atacadas diretamente com agressões físicas, apelidos, ameaças, roubos, ofensas verbais, expressões ou ações que geram nos alvos uma sensação de desconforto frente aos ataques. Contudo, também existe o *bullying* indireto, que são atitudes que podem levar a vítima ao isolamento social. Dentro do tipo de violência supracitado, as situações evocadoras de sentimentos de indiferença, difamação e exclusão social são palco para a concretização de mais violência.

A punição é uma técnica de controle muito comum para castigar alguém quando esse mesmo não se comporta da maneira como esperamos. Vivenciamos esse sistema de controle diariamente, seja no âmbito escolar com expulsões, desaprovações, violações morais, regras a serem seguidas, que visa nos moldar mediante ao que se esperam ou ditam como “normal”, como também através de xingamentos, apelidos maldosos, abuso do poder em sala de aula como forma de controlar os alunos ou os alunos tentando controlar os professores e outros funcionários (SKINNER, 2003).

Os autores Christoffell et all (1992) *apud* Amazzary e Koller (1998) definem que o abuso de poder em sala de aula pode se dar através de maus tratos contra crianças e adolescentes, sendo representados por atos de violência física, sexual, emocional e psicológica, que com frequência são repetitivos e intencionais, tal como nos casos de xingamentos e apelidos constrangedores.

Sendo a violência uma forma de punição, Skinner (2003) explica que a mesma proporciona um efeito imediato na redução de um determinado comportamento, no entanto esse efeito pode trazer implicações para toda a vida do organismo punido. A punição em longo prazo, diferentemente do reforço, apresenta desvantagens para o organismo, já que os estímulos aversivos geram emoções e sensações desagradáveis e predisposição para comportamentos de fuga e ansiedade.

Além dos efeitos colaterais da punição já citados, o organismo punido frequentemente apresenta diminuição de outros comportamentos para além daquele que foi punido anteriormente e diversificadas formas de contracontrole, isto é, o organismo aprende a discriminar quando existe maior ou menor possibilidade de punição, evitando emitir o comportamento punido em situações onde o agente punidor está presente (MOREIRA MEDEIROS, 2007).

Conforme Zanotto (2000) *apud* Viecili e Medeiros (2002), durante o desenvolvimento das reformas educacionais, o controle aversivo foi ganhando performances cada vez mais sutis dentro dos contextos educacionais. As punições corporais (palmatória) foram sendo substituídas pelo uso dos recursos didáticos como método de punir, tal como Oliveira 1998 *apud* Viecili e Medeiros (2002, p. 13) afirma: “Dão aos alunos tarefas adicionais, livros para ler como castigo por alguma indisciplina”.

Pensar a violência em qualquer espaço, inclusive no contexto educacional, requer uma ideia voltada a mobilizar mudanças em toda a sociedade, afim de reformular práticas culturais referentes ao que consideramos como violência, já que a violência na escola é apenas uma continuação de outras violências sofridas fora desse ambiente escolar (ABIB, 2001).

### 3.4 AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COMO AGÊNCIAS DE CONTROLE COMPORTAMENTAL

As agências de controle são grupos bem organizados capazes de exercer um controle ético e moral sobre cada sujeito que faz parte da sociedade em que a agência de controle está inserida e exerce poder. Sua característica principal é relacionada ao poder de reforçar ou punir, desta forma, as agências são capazes de manipular aglomerados particulares de variáveis, de forma melhor organizada em um grupo alienado, e assim, exerce com maior sucesso seus procedimentos, regras, ética e valores morais. As

principais agências de controle comportamental são: governo, religião, psicoterapia, economia e educação (SKINNER 2003).

Apropria-se para o desenvolvimento deste trabalho, duas fortes agências de controle: governo, uma vez que é uma agência alienadora, e a educação, tendo como uma das principais características formar o sujeito moral, social e intelectualmente.

Skinner (2003) expõe que o governo possui diversas formas de controlar, tendo como principal forma a punição, na qual a agência governamental dita o que é “certo”, “errado”, “legal” ou “ilegal”. Desta forma, a agência em questão monitora quando os indivíduos emitem comportamentos considerados como “errado” e “ilegal”, punindo primordialmente quando o indivíduo é colocado dentro dessas classificações. Tais punições aparecem de diversas formas: perda da “liberdade” (prisão), multas, taxas, impostos, castigos físicos, exposição ao público, trabalhos forçados, entre outras. O principal objetivo dessa agência é o estabelecimento de indivíduos obedientes aos processos comportamentais da agência.

Já a a agência de controle educacional, segundo Skinner (2003) busca estabelecer comportamentos que visam vantagens para o indivíduo e para outros num futuro, através do propósito de condicionamento, com reforçadores artificiais, tais como “prática”, “exercício” e “treino”. Essa agência tem por característica preparar o sujeito para momentos que ainda não apareceram, sendo que o comportamento de quem está sob o controle educacional não tem importância particular para nenhuma das partes que compõe a agência, mas sim suas habilidades adquiridas no final do processo educacional.

Os principais reforçadores das agências educacionais são: atribuição de boas notas, promoções, diplomas, medalhas por conquistas, sendo todos estes reforçadores consequências de comportamentos relacionados à obediência para com as regras da instituição em questão. Tal como a palmatória que já foi utilizada para controle aversivo educacional, as ameaças de retirada de reforçadores, tais como uma desaprovação, coação pela perda de afeição e ameaça de expulsão, são punidores substitutivos da palmatória no ambiente escolar. Além disso, o sujeito que não se adapta a forma de ensino empregada em determinado contexto escolar pode sofrer com rejeição ou menosprezo da sociedade que compõe a instituição educacional (SKINNER, 2003).

Dessa maneira, a instituição escolar se configura como uma extensão de outras instituições que, por sua vez, podem acrescentar fatores que se tornam determinantes para diversas problemáticas instauradas neste ambiente. Para exemplificar melhor,

temos a participação das questões governamentais na educação, que potencializam formas de poder, e que por sua vez podem promover, mais uma vez, a propagação das punições, criando aspectos que tornam o ensino mais aversivo ainda aos sujeitos que não se enquadram no formato pré-estabelecido pela instituição educação e governo (SKINNER, 2003).

Em complemento, Abramovay (2002), menciona que o contexto escolar está localizado em uma estrutura política e socioeconômica, bem como a educação é controlada por uma agência maior, o governo. Sendo assim, a partir dessa estrutura, diferentes maneiras de se relacionar são desenvolvidas nas escolas, inclusive práticas consideravelmente agressivas que se desenvolvem nos entrelaces e raízes de diversas formas de poder que circulam, manipulam e detém o poder da agência de controle denominada educação.

Mediante o exposto, a frequência do uso de coerção em sala de aula deve ser analisada e revista, pois é comum que os alunos recorram ao uso de estratégias de contracontrole, buscando aliviar ou escapar de tais estímulos que causam sofrimento ou incômodo, onde as ações relacionadas à instituição escolar podem se constituir e serem compreendidas como uma forma de autodefesa contra as “agressões coercitivas” que acontecem dentro da escola (SKINNER 1972/1990 *apud* VIECILI e MEDEIROS 2002).

Diante disso, o aluno pode começar a emitir alguns comportamentos, tais como: se atrasar para as aulas, não dar atenção às explicações, conversar com os colegas durante as aulas, realizar outras atividades no período da aula, deixar de ir à escola, e ainda podem também reagir agredindo verbalmente e até fisicamente os professores, outros funcionários, alunos ou até mesmo o patrimônio escolar, na tentativa de demonstrar tal satisfação do ambiente escolar. Ou seja, práticas coercitivas afetam diretamente o organismo punido, entretanto o mesmo organismo punido tende a reagir de forma a controlar esse ambiente punidor (VIECILI e MEDEIROS 2002).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos estudos realizados sobre a violência escolar, à luz do embasamento teórico da AC, podemos destacar que a violência escolar é algo alarmante e preocupante nos dias atuais, pois atravessam vários outros ambientes que permeiam a vida dos alunos, professores e outros colaboradores de dentro de uma instituição.

A AC é uma abordagem da psicologia que considera a cultura como um elemento importante que nos ajuda a entender como o ambiente é capaz de modificar as vivências dos sujeitos. As pessoas passam por diversos tipos de controles dentro da cultura, aversivos ou não, contudo infelizmente é comum que os indivíduos experienciem diariamente muito mais controle aversivo do que controle por reforçamento positivo.

Ainda no que diz respeito à cultura, percebemos que a violência que muitos alunos enfrentam e trazem para dentro dos muros da escola não é iniciada dentro desse ambiente, compreendendo que é uma reprodução do comportamento que foi aprendido, nos remete a pensarmos que a violência faz parte dos diversificados contextos que o indivíduo participa anteriores ao contexto escolar.

Para além das violências salientadas anteriormente, também foi percebido uma alta exigência para com os profissionais da instituição escolar, já que é exigido deles maior sensibilidade para perceber o outro em sua totalidade como sujeito no mundo, porém esses mesmos profissionais não são vistos e tratados assim pela sociedade. Tanto alunos quanto profissionais da educação são seres humanos que trabalham, estudam, tem uma família, apresentam problemas sociais, de saúde, enfim, todos são seres humanos completos.

Compreendendo toda essa visão sobre os acontecimentos que colaboram para a permanência desse estado de violência na escola, é possível levantar possibilidades de trabalho interdisciplinar que inclua psicólogos, para que as instituições educacionais atuem junto com toda a comunidade onde a escola está inserida, em intervenções que podem fortalecer o vínculo afetivo entre tais, trazendo a consciência da origem das agressões e seus impactos em toda a comunidade.

Portanto, este artigo foi uma premissa para início de reflexões acerca da possível contribuição científica e social da psicologia para com situações violentas no ambiente escolar. A análise do comportamento tem muito a oferecer ao ambiente educacional, uma vez que os estudos acerca das relações interpessoais tende a aumentar o sentimento de bem-estar entre os indivíduos, podendo promover um ambiente com melhores interações, mais digno e acolhedor para todos os participantes daquele local.

## **5. REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, M., ET AL. **Escola e violência**. Brasília, DF: Unesco, 2002.

ABIB, J. A. D. Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 2001.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 11, n. 3, 1998.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 3.ed.-Porto Alegre: Artemed, 2019.

BORBA, F. da S. (org). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 2004.

BUSSAB, V. S. R. Agressividade: a perspectiva etológica. In: KERBAUY, Rachel Rodrigues, et al. **Sobre Comportamento e Cognição: psicologia comportamental e Cognitiva: conceitos, pesquisa e aplicação, a ênfase no ensinar, na emoção e questionamento clínico**. 1º ed. Santo André: São Paulo, v. 5. p. 201-209, 2000.

DE MATTOS, C. L. G.; DE CASTRO, P. A. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. SciELO-EDUEPB, 2011. Ok CHIESA, Mecca. Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência. **Brasília: Editora Cealeiro**, 2006.

DE SOUZA, M. R. Violência nas escolas: causas e consequências. 2008. (Falta informações)

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do *Bullying*. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 55-60, Jun 2012.

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. Explicação das Normas da ABNT. -14 ed. – Porto Alegre: s.n., 2008.

LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 81, n. 5, supl. p. 164-172, Nov. 2005.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. de. **Princípios básicos da análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOREIRA, M. B. (Org.). **Comportamento e Práticas culturais**. Brasília: Instituto Walden4, 2013.

RISTUM, M.; BASTOS, A. C. de S. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, p. 225-239, 2004.

SASSO DE LIMA, T. C.; TAMASO MIOTO, R. C. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, 2007.

SÉRIO, T. M. de A. P. O behaviorismo radical e a psicologia como ciência. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 7, n. 2, p. 247-261, 2005.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. Seleção por consequência. Tradução: Carlos Renato Xavier Cançado, Paulo Guerra Soares e Sérgio Cirino. **Rev. Bras de Ter. Comp. Cogn.**, v. 9, no 1, 129-137, 2007.

STELKO-PEREIRA, A. C; WILLIAMS, L. C. de A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em psicologia**, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010.

STELKO-PEREIRA, A. C. WILLIAMS, L. C. de A. Contribuições da análise do comportamento para o enfrentamento da violência escolar. In: DE CILLI, E. N. P. et al. **Sobre o Comportamento e Cognição: Terapia Comportamental e cognitivo**. São Paulo: ESETEC, v. 27 p. 194-200, 2010.

VIECILI, J.; MEDEIROS, J. G. A coerção em sala de aula: decorrências de seu uso pelo professor na produção do fracasso escolar. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 2, 2002.

VIECILI, Juliane; MEDEIROS, José Gonçalves. A coerção e suas implicações na relação professor-aluno. **PsicoUSF**, v. 7, n. 2, p. 229-238, 2002.

TOURINHO, E. Z.; TEIXEIRA, E. da R.; MACIEL, J. M. Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 425-434, 2000.

WITTER, G. P. Ponto de vista: violência e escola. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 11-15, 2010.

